

# **PATRIMÔNIO CULTURAL: USO PÚBLICO E PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

*Maria Tereza Duarte PAES-LUCHIARI<sup>1</sup>*

## **Resumo**

Este artigo toma a valorização contemporânea do patrimônio histórico cultural e arquitetônico como um processo de mercantilização da cultura. A partir da análise da refuncionalização de centros urbanos históricos, e tomando como exemplo o centro histórico da cidade de Campinas, São Paulo, faz uma reflexão sobre as contradições entre a preservação patrimonial e o uso social democrático dos bens tombados, o uso público e a privatização do espaço urbano.

**Palavras-chave:** centros históricos; refuncionalização; patrimônio cultural.

## **Résumé**

### **Patrimoine culturel, utilisation publique et privatisation de l'espace urbain**

Cet article soutient le principe de la valorisation contemporaine du patrimoine culturel et architectural comme un procès de mercantilisation de la culture. À partir de l'analyse de la réhabilitation des centres-villes historiques, et en considérant l'exemple de la ville de Campinas, São Paulo, il réalise une réflexion sur les contradictions entre la préservation patrimoniale et l'utilisation sociale démocratique des biens culturels protégés, l'utilisation publique et la privatisation de l'espace urbain.

**Mots-clé:** centre-ville historique; réhabilitation; patrimoine culturel.

---

<sup>1</sup> Geógrafa, Doutora em Ciências Sociais, Professora do Departamento de Geografia (Dgeo) do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: [luchiari@ige.unicamp.br](mailto:luchiari@ige.unicamp.br)

## APRESENTAÇÃO

Inicialmente vamos nos aproximar da cidade - natureza transformada pela ação social, que acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de posturas, concepções e ideários em relação ao patrimônio cultural urbano revela os universos simbólicos contidos nos arranjos espaciais da sociedade.

Sabemos que os significados e a apropriação do espaço urbano possuem matrizes temporais e espaciais. Nas temporais, a história social vai dando sentido à produção e à apropriação do espaço urbano; nas espaciais, as formas cristalizadas na paisagem, *refuncionalizadas*<sup>2</sup> ou ainda marcadas pelos usos tradicionais, são testemunhas de uma geografia desigual.

Os centros urbanos, sobretudo os que testemunharam os processos sociais que originaram as cidades; ou os que simbolizaram fortemente a dinâmica de uma economia agrícola (como a cana e o café, no Brasil), ou industrial, como na maior parte das cidades capitalistas, são heranças que carregam a multiplicidade da história, com seus fluxos e refluxos, na produção do espaço. Como afirma Santos (2002, p. 24):

(...) a cidade, organismo vivo, impõe solidariamente valores funcionais, mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Novos lugares são chamados a novas funções, velhos lugares se renovam inteiramente ou parcialmente, sendo arrasados ou conservando relíquias. A cada momento histórico, cada pedaço da cidade evolui diferentemente, o centro histórico sendo, por sua persistência como lugar central, o espaço por excelência das mudanças contínuas e às vezes brutais de valor.

Estes centros históricos, construídos pelas distintas influências que deram formas às cidades, transformaram-se, hoje, em um fetiche do olhar, sobretudo do olhar do turista que transforma os artefatos culturais, elaborados pelas diversas tradições, em objetos de consumo do exótico.

Ao longo do século XIX, o patrimônio cultural de muitos centros urbanos europeus simbolizou a consolidação das nações que elegiam o patrimônio das elites para representar a coletividade, sob a tutela do Estado.

No Brasil esse processo ocorre nas primeiras décadas do século XX, mas também é responsável por um longo período no qual a seleção dos bens culturais, passíveis de tombamento, esteve sob a salvaguarda do ideário nacionalista e dos setores oligárquicos<sup>3</sup>. Só nas últimas décadas do século XX amplia-se a tipologia de bens a serem tombados (como a arquitetura popular e industrial, ou o patrimônio material e

<sup>2</sup> Muitos autores e urbanistas utilizam os termos revitalização e requalificação, embora alguns considerem que a requalificação não se limita a restauração das formas, como ocorre na revitalização. Os termos enobrecimento e gentrificação são mais específicos para os processos de renovação e elitização de áreas urbanas centrais. Neste texto adotamos a concepção geral de refuncionalização, entendendo que este processo está presente em todas as outras formas de intervenção urbana citadas. Sobre estes conceitos ver especialmente: Featherstone (1995), Hall (2002 [1988]), Zukin (1996), Evaso (1999), Dodson (2001), Leite (2004), Harvey (1987, 1992).

<sup>3</sup> Neste caso não podemos deixar de mencionar o papel dos intelectuais modernistas, na década de 1920, que ao integrarem modernidade e tradição descobriram na cultura material e imaterial brasileira os símbolos da identidade nacional (CASTRIOTA, 2003, p. 120).

imaterial das culturas rústicas), acompanhando uma relativa tendência de *democratização do patrimônio* (RODRIGUES, 2001), ou uma tendência internacional de tomar os bens culturais como objetos de consumo turístico. Trocamos, então, as ideologias nacionalistas pelas neoliberais que transformaram o patrimônio em mercadoria.

Este processo atribuiu às paisagens urbanas um novo sentido no campo do consumo cultural - tendência que reflete a globalização da cultura e a renovação das ideologias do patrimônio. Os processos de refuncionalização ou renovação urbana, muitas vezes desvinculados das práticas culturais e do sentimento de pertencimento das populações locais, nos leva a afirmar que “a política de preservação de áreas urbanas envolve ao mesmo tempo aspectos relativos à construção da identidade nacional e da memória coletivas e aspectos relativos ao planejamento urbano e à qualidade de vida nas cidades” (MESSENTIER, 2004, p. 53).

Quando nos referimos à preservação do patrimônio cultural<sup>4</sup> (natural, edificado ou imaterial), estamos falando de um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que implicam em intervenções, decisões e escolhas políticas. Nesse sentido, é importante salientar que “(...) o valor não é imanente aos bens, não deriva deles automaticamente (...), mas é instituído pelos homens em sociedade, segundo as mais variadas matrizes e contingências sociais” (MENESES, 2000, p.31).

Por isto os bens culturais tombados como patrimônio representam, tradicionalmente, os grupos sociais hegemônicos (a arquitetura colonial, os palácios, as pirâmides, as igrejas). Só recentemente os artefatos e os bens simbólicos da cultura popular (as vilas operárias, o artesanato, as tradições imateriais) ganharam prestígio de patrimônio cultural – ainda que estes tenham um valor secundário como capital cultural e na construção da identidade nacional.

É esta construção social dinâmica que elege, em cada tempo histórico, as formas dignas de preservação e as funções que elas devem acolher (LUCHIARI, 2001). A grande questão que se coloca, hoje, não é mais sobre a homogeneização das formas nos projetos de renovação urbana, mas o porque do consumo estético das formas-paisagem ter mais valor do que o seu uso social democrático. A resposta à essa pergunta nos revela uma estrutura social excludente, as estratégias do poder político e econômico na gestão do espaço público urbano, e um processo generalizado de *fetichização* da paisagem.

Devemos, então, buscar entender os novos conteúdos que vêm refuncionalizando o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, mapear os seus diferentes usos no território, e compreender de que modo um “lugar de cumplicidade cultural” (CANCLINI, 1994, p.96), ao ser valorizado pelo olhar externo, no caso, do turismo, produz territorialidades excludentes ao próprio lugar.

Na gestão do patrimônio cultural é preciso analisar o campo de disputa entre as escalas espaciais da globalização, do território nacional, da região e do lugar, e entre três sujeitos sociais: o Estado, as empresas e a sociedade civil.

O problema não é a transformação da natureza em cenário, ou das práticas e artefatos culturais em espetáculo, a pós-modernidade nos trouxe esses valores de aceitação e até de preferência pela simulação. O problema relaciona-se às condições de exploração social em que são produzidas a espetacularização da natureza, da cultura e de suas formas (PAES-LUCHIARI, 2005).

---

<sup>4</sup> Não é objetivo deste texto refletir sobre as definições de patrimônio histórico ou cultural. Cabe apenas ressaltar que todas as distinções feitas (patrimônio arquitetônico, ambiental, imaterial etc.) representam, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural, pois já foram elaborados, valorizados e apropriados pela sociedade.

São estas questões que são tratadas nesse artigo, tomando o Centro Histórico de Campinas como referência. Mas antes, é importante retomar um pouco a história desse patrimônio que agora valorizamos.

## CAMPINAS E A MEMÓRIA DO CENTRO HISTÓRICO

Como outras cidades do interior paulista, Campinas, ou a *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá* (1774), era referência para tropeiros e para os bandeiristas no início do século XVIII. Em seguida, já *Vila de São Carlos* (1797), a *Vila do Açúcar* passa a ser erguida, no Centro, ou *rossio*, enquanto a *freguesia*, ou o entorno, dá lugar aos grandes latifúndios açucareiros. A vida urbana passa a ser organizada pela aristocracia nascente. São desse período a *Paróquia de Nossa Senhora das Campinas de Mato Grosso*, a *Matriz Velha*, atual *Igreja do Carmo*, em torno da qual a vida social e econômica do primeiro centro histórico se organizou; a Catedral (1807-1833), ou *Matriz Nova* – atual *Igreja da Nossa Senhora da Conceição*, o Teatro São Carlos (1847), construído atrás da Matriz Nova e demolida na década de 1950, a Igreja do Rosário (1817), demolida na década de 1950, a Casa de Conselho e a Cadeira (1825 e 1830).

O centro foi sendo constituído pela malha ortogonal inicial de ocupação e pelos três largos: o largo da Matriz, o coração do centro velho, o largo do Rosário, igreja demolida para a execução do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, e o largo da Matriz Nova – referência do centro comercial até os dias de hoje.

Enquanto os senhores de engenho construíram no Centro da Vila suas casas para finais de semana e festejos sociais, religiosos ou políticos, os cafeicultores que os substituíram construíram a *Cidade de Campinas* (1842) para a moradia e para o comércio. Então o Centro ganha densidade de pessoas, objetos e construções, mas, de uma maneira geral, as residências que compunham o centro até o final do século XIX ainda delineavam uma paisagem onde o casario baixo, as casas de taipa com pouca ornamentação nas fachadas, e os telhados de duas águas ainda não haviam passado por grandes transformações.

A implantação das ferrovias tem um papel estruturador na insipiente rede urbana do oeste paulista. Os leitos e as estruturas construídas pela Companhia Paulista de Vias Férreas (Campinas-Jundiá) e pela Estrada de Ferro Mogiana (para o interior, 1875), circundavam o Centro da cidade de Campinas e tomavam a Estação Ferroviária da Cidade como ponto de encontro entre o lugar que se dinamizava, a região e as relações externas.

A infra-estrutura urbana ganha estilo, estética e objetos técnicos. São desse período a iluminação a gás, a água em chafarizes, os bondes à tração animal, o telégrafo, o serviço postal, as casas Comissárias e Bancos, e a instalação, ainda tímida, das primeiras fábricas (de chapéus, de implementos agrícolas, olarias, oficinas de fundição entre outras) (BADARÓ, 1996).

Contornando a Estação Ferroviária a *Cidade do Café* substitui a *Vila do Açúcar*,

O padrão arquitetônico eclético adotado pelos barões do café, para suas residências, é exuberante e ostentador, demonstrando a riqueza e a opulência que permeava a atmosfera campineira do século XIX. Os remanescentes desse período compõem os principais prédios do Centro Histórico hoje. Mas há poucos exemplares da Vila do Açúcar, como a Casa Gran-

de e Tulha, pois suas casas grandes de pau a pique ou de taipa foram substituídas pelos tijolos da Cidade do Café, como a Estação Ferroviária, por exemplo. (JOLY, 2002, p. 34).

Os modelos que se sucedem convivem, mas o novo sempre subjuga o velho. A herança colonial dos primeiros traçados passa a ser secundária, mas a forma capitalista é impulsionada, inicialmente e contraditoriamente, pela mão-de-obra escrava, que é o trabalho que dava fluidez e alimentava a dinâmica sócio-espacial da cidade colonial.

A área central de Campinas consolida-se com o capitalismo industrial que impulsiona o processo de urbanização. Campinas multiplica suas infra-estruturas urbanas (água encanada, esgoto, arruamentos e construções) e o seu poder de pólo regional. Mas estas conquistas não contêm os três surtos de febre-amarela que, de 1889 a 1897, devido, em parte, à falta de saneamento e drenagem das áreas alagadiças de sua periferia, quase dizimaram a população da cidade<sup>5</sup>. Mesmo após a drenagem e a dissecação das áreas pantanosas muitas famílias de maior poder aquisitivo abandonaram a região central possibilitando a ocupação de edificações vazias por trabalhadores, imigrantes ou ex-escravos, e a formação de cortiços que permaneceram na região central durante muitas décadas.

Estes acontecimentos, aliados às tendências do urbanismo sanitário e do planejamento territorial são, de certo modo, responsáveis pela mentalidade progressista e modernizadora que acompanhou a destruição e a produção do espaço urbano nas décadas que se seguiram, tomando como marco o *Plano de Melhoramentos Urbanos*<sup>6</sup>, projetado por Prestes Maia a pedido dos administradores da época e da elite local. O Plano de Melhoramentos respondia às necessidades de modernização trazidas pela industrialização. Ele envolvia grandes intervenções urbanas como o alargamento de avenidas, desapropriações, prolongamento de ruas, estabelecimento de zonas específicas e ampliação das redes de saneamento e verticalização. *"Tratava-se de um projeto radiocêntrico, no melhor estilo da ideologia urbanística do progresso"* (JOLY, 2002, p. 38).

Essa produção do espaço urbano, alimentada pela produção imobiliária, foi mais determinante na dinamização e expansão da cidade que a própria produção industrial. Para Oliveira (1982, p.41), a herança da produção agroexportadora no Brasil não permitiu, como ocorreu na Europa, a constituição de uma rede urbana de maior magnitude em torno das regiões produtivas, mas gerou grandes cidades polarizadoras. Essas "cidades autárquicas" vão preceder ou conviver com a cidade industrial nascente.

O Código de Construções, de 1934, que estabelecia um zoneamento entre centro comercial, área urbana edificada, novos loteamentos e área de expansão urbana, assim como a necessidade de ampliação do sistema viário, legitimaram a verticalização e a renovação do Centro. Além da multiplicação das moradias nesse período, o centro também acolhe os edifícios públicos do Fórum, dos Correios e Telégrafos e o Centro de Saúde.

<sup>5</sup> Em 1872 um surto de varíola já havia impulsionado a construção da Santa Casa de Misericórdia, de 1875, da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, de 1879, e da Casa de Saúde de Campinas (Circolo Italiani Uniti), de 1884.

<sup>6</sup> Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, elaborado por Francisco Prestes Maia em 1934, aprovado em 1938 pelo Ato Municipal n. 118 e executado entre 1938 e 1962 (BADARÓ, 1996, p. 49).

Os bondes elétricos possibilitam uma melhor fluidez sobre o território, influenciando o início do processo de ampliação da cidade, com o loteamento das fazendas do entorno, e o afastamento das moradias, das indústrias e das pessoas para fora do centro, enquanto este vai se especializando nas atividades terciárias.

A nova cidade industrial impõe os eixos de circulação. As praças, os edifícios públicos e privados, os parques e os novos edifícios residenciais vão alimentar a mentalidade modernizadora e progressista do campineiro que passa a tratar os remanescentes da *Vila do Açúcar e da Cidade do Café* como relíquias indesejáveis. É nesse período que vem abaixo os antigos solares dos barões do café. Para Carpintero (1996, p. 13):

A década dos cinquenta em Campinas, se apresenta, na memória urbana, como um *momento de ruptura*. É um período de transformações profundas na estrutura e na forma da cidade, quando se acelera a implantação industrial, o crescimento da população e a expansão da área urbana. No centro, a partir de 1956, essa ruptura toma sua forma extrema, com a demolição de quarteirões inteiros, para o alargamento de ruas, fazendo desaparecer edificações representativas, como a Igreja do Rosário. A cidade perdeu com isso seu aspecto tradicional e assumiu sua face moderna, transformando-se de uma *cidade do café* em uma *cidade industrial*.

Nesse período a zona funcional do centro já ocupava a perimetral interna do Plano de Melhoramentos Urbanos, circunscrita pelas ruas Irmã Serafina, Benjamin Constant, Senador Saraiva e Moraes Salles (CARPINTERO, 1996, p. 84)

A remodelação de Prestes Maia, ocorrida na Era Vargas, impõe a representação de um Estado forte e interventor na produção do espaço urbano. Em 1954 o próprio Código de Obras, conjunto de normas de uso e ocupação do solo, favoreceu a renovação da cidade. É nesse período que o Largo do Rosário assume o papel nodal de centro da cidade; o uso residencial das edificações horizontais foi substituído pelo uso comercial, as residências que permaneceram na região central, subiram os edifícios, os cortiços foram erradicados, a estética colonial das construções cedeu lugar para a geometria do concreto, e a cidade passou a se espalhar rapidamente em direção à periferia. Para Costa Santos (2002, p. 288), ou Toninho, na "composição de capital público e privado, caberia ao primeiro remodelar o centro e ao último ampliar a cidade, loteando as fazendas mais próximas".

Podemos afirmar, então, que a expansão urbana da cidade de Campinas foi fortemente marcada pela dinamização do setor da construção civil que intensificou a capacidade de uso do solo na região central, com a sua verticalização, e forçou as fronteiras urbanas para a periferia, com a expansão horizontal da cidade nos anos 1970. Nas décadas seguintes a cidade continuou a se expandir incorporando antigas áreas rurais.

O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDDI) dos anos 1970 deu continuidade ao Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, induzindo os eixos de expansão urbana dos investimentos imobiliários.

Dos anos 1950 a 1970, o ideário de modernização foi legitimando a renovação urbana às custas de antigas edificações que representavam, no Centro Histórico, a memória da cidade.

A ausência de uma legislação específica e de leis de zoneamento, até os anos 1970, permite que a pressão da especulação imobiliária coordene a saturação do Centro e a expansão horizontal descontrolada da cidade. Novas centralidades, ou a ocupação orientada por novos eixos, foram sendo estimuladas.

O Centro, apesar de ainda representar a multiplicidade de usos, é, nesse período, abandonado pelas classes médias e elites locais que vão buscar o consumo de produtos e serviços mais sofisticados nos Shopping Centers. Enquanto o Centro vertical se congestionava, a década de 1980 fortaleceu um movimento de descentralização da cidade que faz com que os modernos investimentos em infra-estrutura, serviços e comércio virem as costas para o Centro e busquem terrenos maiores, mais baratos e dotados de fluidez nas áreas de entorno da cidade, sobretudo aquelas vinculadas aos grandes eixos de circulação: Rodovia Bandeirantes, Via Anhanguera e a Rodovia D. Pedro I.

O Centro Histórico perde então o seu *status*, expulsando as atividades modernas e a população de alta renda. O processo de popularização da área central se instala com a presença dos Terminais de ônibus urbanos, com a multiplicação do comércio informal, com a insegurança e o abandono em relação às infra-estruturas necessárias para a sua dinamização, sobretudo no período noturno em que perde a frequência da população campineira que o substituiu pelos shoppings centers.

Por outro lado, já na década de 1980, a concepção de um grupo de intelectuais que luta pela preservação do patrimônio histórico e cultural ganha força na cidade. Com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Campinas (CONDEPACC), em 1987, e um zoneamento inicial que protegia e estimulava o tombamento de uma série de edificações com suas áreas envoltórias, as contradições entre a rigidez das formas edificadas tombadas, e as novas formas e funções necessárias aos diferentes usos de um centro tradicional que precisava renovar o seu papel na dinâmica da cidade emergem. As restrições urbanísticas da legislação que protege o patrimônio, conspiraram, de certa forma, para consagrar o esvaziamento das funções mais nobres da região central.

Associado a um período de grande crescimento demográfico do município, sobretudo ocasionado pela migração de uma população de baixa renda, o centro passou a atrair ainda mais os trabalhadores e consumidores do mercado informal. Os terminais de transporte coletivo, o consumo mais popular e diversificado e os serviços públicos oferecidos nessa região fortaleceram a organização de um circuito inferior da economia. Desse modo, os planos de preservação das edificações da área central que se seguiram passaram a expor as contradições de se querer revitalizar uma área urbana cheia de vida, embora em grande parte indesejável.

Enquanto o processo de desindustrialização, ou de descentralização industrial, abandonou os centros tradicionais das cidades, a globalização econômica, sobretudo dos anos 1990, tomou os projetos de renovação das áreas centrais como estratégia espacial da competitividade entre as cidades para atrair capitais.

Embora não possamos falar em Planejamento Estratégico em Campinas, ou mesmo da reprodução de um modelo de urbanismo semelhante ao de Barcelona, a forma de apropriação do patrimônio cultural edificado do centro histórico, e o papel destes planos de renovação na reincorporação do centro como área estratégica na economia urbana e nas redes globais de cidades, é inegável. Para Sánchez (1997, p.74):

A historicidade – como atributo artístico e, portanto, carregada de valor – é incorporada como um dos elementos básicos de uma estratégia de valorização, transformando centros históricos em objetos de desejo do capital globalizado .

Na verdade, como o próprio documento do Ministério das Cidades (2004, p. 74) afirma:

A generalização do modelo, então, passou a atingir de forma parcial as cidades brasileiras. Nas grandes cidades brasileiras, as tendências internacionais atingiram

apenas determinados espaços simbólicos das áreas urbanas centrais. Nichos de globalização, com centros de negócios, como fragmentos menores que procuram conectar-se às redes globais, mas que permanecem restritas, principalmente, a atividades ligadas ao turismo e ao entretenimento – aspectos que figuram dentro do programa urbano de cidades globais, centradas no terciário. Proliferam-se, assim, áreas tratadas como ‘bibelôs’ urbanos, providas de equipamentos de lazer, ao gosto internacional, povoados de cafés, bares, restaurantes e centros culturais, dentro das restritas opções que possuem as cidades brasileiras para integrar-se, de alguma forma, no cenário da economia globalizada.

As contradições entre exclusão e inclusão social permanecem nos planos que se lançam a resolver as questões do esvaziamento e da reabilitação das áreas centrais. Esses projetos em países que ainda não atingiram a expansão da urbanização e da modernização em todo o seu território, ampliam a modernização fragmentada, implantando de forma concentrada as melhorias em serviços urbanos e infra-estruturas para o consumo das populações de maior poder aquisitivo.

O próprio Ministério das Cidades (2004, p. 75) torna clara essa contradição quando expõe que, enquanto o déficit de moradias para o país gira em torno de 6,5 milhões de unidades, estas áreas centrais, muitas vezes ricas em estoques imobiliários, participam entre os 5 milhões de domicílios vagos.

Entre as permanências de uma dinâmica sócio-espacial local e as determinações de um modelo externo que impõe uma lógica espacial globalizada e fragmentada, é importante compreender que estes planos de refuncionalização urbana das áreas centrais não são auto-explicativos; eles fazem parte de um modelo contemporâneo de urbanismo que acirra a competição entre as cidades que querem ser incluídas na rede global de cidades para se fortalecerem como pólos atrativos para a captação de recursos financeiros.

## **VELHAS FORMAS, NOVAS FUNÇÕES – AS TENDÊNCIAS DA REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA**

Em todo o mundo as velhas formas das cidades industriais - essas rugosidades<sup>7</sup>, heranças socioterritoriais do passado (SANTOS, 1996, p. 36) -, vêm cumprir novas funções no presente. Em inúmeros países o redesenvolvimento<sup>8</sup> dos centros históricos de cidades industriais são exemplos dessa tendência da urbanização contemporânea. Os exemplos emblemáticos da requalificação urbana do Planejamento Estratégico dos espanhóis (Barcelona e Bilbao) são reproduzidos à exaustão, na totalidade de sua concepção ou aos fragmentos.

Estes projetos têm procurado uma parceria entre o Estado, que investe em infra-estruturas e programas não-rentáveis, o setor privado, que é estimulado a investir nestas áreas por meio de empreendimentos comerciais, e a sociedade que, por meio do consumo de bens e serviços da indústria cultural, reintegra essas áreas à malha urbana.

<sup>7</sup> “As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados” (SANTOS, 1980, p. 138).

<sup>8</sup> Além dos centros históricos vale ressaltar os inúmeros casos de revitalização portuária como em Londres, Sydney, Toronto, Baltimore, Lisboa e Hong Kong e, no Brasil, Belém e Manaus.

A ideologia empresarial do governo urbano passou a selecionar áreas que possam atrair o capital e, desse modo, os inúmeros projetos de revitalização ampliaram a "competição entre as cidades pela posição de centros de consumo" (DODSON & KILIAN, 2001, p. 203). Estes modelos, importados entre as cidades, impulsionam a transição para a acumulação flexível e para uma cultura urbana pós-moderna, que toma como símbolo a espetacularização do planejamento (HARVEY, 1987, p. 270).

Nesse sentido, a economia política da cidade, conduzida pelas estratégias do mercado e pela regulação do poder público, e a memória urbana, que permanece como rugosidade em suas formas ou é inventada por sua função social, se entrelaçam. Nos projetos de renovação urbana as paisagens, ou os conjuntos históricos arquitetônicos representativos, são deliberadamente tomados por seu valor econômico e pelo seu potencial especulativo no uso do solo urbano.

Estes projetos reinventam a memória local, resgatam o capital simbólico e cultural como espetáculo, e padronizam as formas edificadas adequando-as ao gosto da fruição visual e tornando-as atrativas para a mercantilização do lugar que, no processo de acumulação flexível, é transformado em mercadoria turística. O resgate das concepções de cenário e espetáculo se justifica, de um lado, pela importância dada a iluminação, a maquiagem, aos ornamentos e ao embelezamento e, de outro, às inúmeras atividades culturais programadas para atrair cada vez mais visitantes (apresentações musicais, teatrais, comemorações, festividades etc.). O capitalismo contemporâneo associou à cultura uma nova e vigorosa racionalidade econômica; como afirma Peet (1997, p. 121), "a cultura é o braço persuasivo da economia". Para Choay (2001, p. 224), "A indústria patrimonial desenvolveu os recursos de embalagem que também permitem oferecer os centros e os bairros antigos como produtos para o consumo cultural".

Este tipo de projeto de revitalização de áreas urbanas localiza o global no local e responde com as especificidades do lugar às demandas internacionais.

Os centros históricos das cidades brasileiras mais adensadas ganharam destaque especial nos inúmeros projetos de refuncionalização urbana<sup>9</sup>, alimentados pelo setor turístico. Em inúmeros Centros Históricos de capitais nordestinas, as populações locais (em geral pobres, mendigos e prostitutas) foram desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, cafés, casas de espetáculos, restaurantes. Enquanto os projetos de revitalização carregam nas cores para salientar as formas que agora exibem a estética da espetacularidade para o consumo do lazer, os usos sociais seletivos destas áreas não disfarçam o processo de segregação sócio-espacial. Apesar do revigoramento das formas, a fragmentação social acentua-se no uso direcionado ao consumo cultural, ou seja, exclusivo aos grupos sociais economicamente privilegiados.

Porém, isto não significa afirmar que estas intervenções sejam sempre negativas do ponto de vista da democratização dos seus usos. O problema é atribuir um valor econômico em detrimento do seu valor cultural original, destituindo destas paisagens o que as transforma em lugar: as habitações, os usos diversificados das práticas sociais cotidianas, o sentimento de pertencimento das populações locais.

É equivocado conspirar contra a diversidade de usos presentes nos centros urbanos tradicionais para transforma-los em regiões exclusivas do consumo cultural e de serviços sofisticados. Isso seria transformar os nossos centros em shoppings centers, ou seja, paisagens-mercadoria de acesso seletivo. A questão central é bus-

<sup>9</sup> Entre os vários exemplos podemos citar Salvador (BA), São Luís (MA), Recife (PE), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), e Manaus (AM) que, seguindo os passos de Belém (PA), também está implantando um projeto de revitalização do Porto.

car estratégias de apropriação social democrática do patrimônio cultural, em meio a certeza de que este é objeto de disputa econômica, política e simbólica entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil. Conciliar os diferentes usos e primar pela permanência das populações locais, observando as possibilidades de sobrevivência econômica e de acesso à moradia destas<sup>10</sup>, sem excluir os visitantes, nem o caráter público dos bens tombados, devem constituir-se na preocupação central do planejamento urbano, ainda que com fins turísticos. Como afirma Lima (2004, p. 21): “Não bastam os projetos de revitalização que privilegiem apenas o comércio e a indústria cultural. Para que o centro histórico deixe de ser um belo presépio das 21 às 7 horas da manhã, é necessário um programa de ocupação habitacional das áreas a reabilitar”.

É na possibilidade de convivência entre os vários usos sociais que o turismo pode auxiliar na construção de uma gestão mais democrática do território, afinal, se valorizamos a democratização das diferentes formas e representações culturais, porquê homogeneizamos o seu uso social?

## O ATUAL CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINAS - USO PÚBLICO E PRIVATIZAÇÃO

É importante, então, recuperar o papel das estratégias políticas de apropriação do solo nas áreas centrais, e aqui tomamos como referência a cidade de Campinas, São Paulo. Vale a pena também destacar que o planejamento urbano e as estratégias de preservação do patrimônio cultural urbano têm encontrado, na maior parte das cidades brasileiras, dificuldades de diálogo.

Em Campinas, conforme já foi apontado, após o Plano de Prestes Maia, o mais importante foi o PDDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado), da década de 1970, que ampliou o primeiro mas só passou a ser executado na década de 1980, com obras públicas de saneamento e articulação viária.

A década de 1980, que assistiu a criação do CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), presenciou a formação de uma nova mentalidade sobre o patrimônio cultural, sobretudo o edificado. Grande parte dos edifícios históricos que sobrevivem no centro de Campinas, hoje, foi tombada nesse período.

Com a descentralização urbana, intensificada nos anos 1990, novas propostas de renovação do Centro de Campinas são elaboradas. Em março de 2002 a Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAMA) finaliza o *Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas* e, ainda em 2002, o *Projeto Centro*, elaborado pelo Conselho Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas (CSPC), substitui o primeiro, mas não antes de uma longa polêmica que questionava a passagem do Plano para a Secretaria de Cultura, retirando-o das estratégias mais abrangentes da Secretaria de Planejamento.

As estratégias de refuncionalização do Centro buscaram dar positividade à sua imagem, recuperando as formas do patrimônio edificado, criando uma programação

<sup>10</sup> Vale destacar o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos – Urbis, do governo federal (Ministério da Cultura/IPHAN/CEF), e o Programa de Revitalização de Sítios Históricos, lançado em dezembro de 2000 pela Caixa Econômica Federal e pela embaixada da França, visando a inclusão de populações locais nos projetos de reabilitação de imóveis em sítios históricos tombados.

de eventos culturais que pudessem atrair novamente a população das classes médias e altas, e elegendo antigas formas e novas funções que deveriam ganhar atenção. Somado a isso, temos a preocupação com a qualidade de vida que deveria emanar das ruas, das praças, dos edifícios e da população usuária da área central. Desse modo, aliam-se as estratégias para os melhoramentos urbanos e para a implantação de equipamentos e serviços de lazer e do turismo cultural.

O consumo dos bens culturais do patrimônio passa a ser objeto de discussão entre o valor simbólico (valor de uso) e o valor econômico (valor de troca). Nesse sentido, o Turismo Cultural – ao superdimensionar o valor da fruição apenas visual (e por que não dizer, comercial) dos lugares, em detrimento dos símbolos de pertencimento das populações locais, tem grande responsabilidade nesse processo. Por outro lado, é justamente a valorização turística de patrimônios históricos e culturais que tem possibilitado a implementação de estratégias de preservação, seja através de subsídios financeiros para o restauro, ou da mudança de atitude das práticas sociais em relação à necessidade da preservação de bens culturais.

Desde o final dos anos 1980 o Centro Histórico de Campinas passou a ser objeto de inúmeros interesses. O poder público municipal passou a incorpora-lo como alternativa para manter a dinâmica de crescimento da cidade, um projeto integrador para o desenvolvimento de outros setores econômicos; a iniciativa privada vislumbrou no Centro um novo horizonte de empreendimentos e, ambos, ao tomarem os grandes vetores de dinamização da cidade - ou seja, a ampliação do Aeroporto de Viracopos, a cidade como pólo tecnológico, os empreendimentos hoteleiros, a indústria cultural e os serviços sofisticados para o turismo de negócios e eventos, e a expansão dos investimentos na região -, vêm na refuncionalização da área central o cartão postal para a atração e fixação destes e de outros investimentos, e ambos acertam nessa estratégia, pois a atração de uma cidade, hoje, está, em grande parte vinculada a imagem que dela se divulga nas redes globais.

Esse potencial adormecido que o Centro de Campinas tem carregado em suas ruas, praças e em seu patrimônio arquitetônico tombado passou a ser despertado pela proposta do *Plano de Requalificação da Área Central de Campinas* (Versão Preliminar<sup>11</sup>) e pelo *Projeto Centro*<sup>12</sup>, apresentado em 2002, quando a Prefeitura Municipal anunciou um conjunto de quinze (15) medidas de intervenção no Centro da cidade. Entre essas medidas, quatro intervenções urbanas, sem contar as formas de gestão, como a Zeladoria do Centro, tornaram-se o carro-chefe da nova refuncionalização:

- 1) **Complexo Ferroviário:** várias intervenções de recuperação e ocupação da área, com inúmeras atividades culturais na Estação Cultura já foram realizadas para que funcione como pólo irradiador de revitalização do Centro.
- 2) **Rua 13 de Maio:** rede elétrica e de telefonia embutidas, troca do calçamento, possibilidade de ampliar a área, definição de normatização de fachadas e publicidade.
- 3) **Palácio dos Azulejos:** restauro do edifício histórico e refuncionalização.
- 4) **Catedral:** restauro e melhoria do mobiliário urbano nas praças.

Sem querer entrar no mérito da delimitação do perímetro do Centro Histórico, já que a própria história deu mobilidade a esse Centro e muitas edificações importan-

<sup>11</sup> Esta Versão Preliminar foi elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas (SEPLAMA), em Março de 2002, no início da gestão do prefeito do PT, Toninho.

<sup>12</sup> Plano elaborado e entregue, em 2002, pelo então Secretário da Cultura, Walter Pomar.

tes estão fora do perímetro estabelecido<sup>13</sup>, vale ressaltar que a concepção de uma área central, histórica, de valor simbólico e objetivo para a população de Campinas é legítima – o que dá sustentação aos projetos de renovação do Centro.

Campinas almeja obter o status de uma metrópole informacional, que combine as diferentes temporalidades das tecnologias e serviços sofisticados, e dos circuitos culturais, de entretenimento e do comércio que façam uso da arquitetura e de um centro consolidado há mais de duzentos anos. Esse perfil de cidade, que combina o tempo lento, cristalizado nos edifícios do Centro Histórico, e o tempo rápido das mudanças técnico-científicas e do capital, tem se tornado muito atraente em termos de investimentos.

Mas como pensar as possibilidades de democratização do patrimônio?

O Centro é historicamente o lugar da diversidade, da convivência de diferentes tempos e usos. A segregação sócio-espacial entre as elites e os excluídos sempre existiu no Centro; dos senhores e escravos do açúcar, aos informais e executivos da cidade informacional, é importante salientar que a própria diversidade presente no centro faz parte da sua história, da sua natureza. Homogeneizar os seus usos e usuários seria perder esta peculiaridade da cultura urbana. A vida do centro é a própria diversidade sócio-espacial, e é assim que é o Centro.

A preservação dos Centros Históricos tradicionais deve privilegiar os antigos usos como a habitação, o comércio, os serviços, e estimular novas funções, como o turismo cultural, a fim de torna-lo atraente para que volte a abranger também as atividades mais nobres. Mas não enobrece-lo completamente. Como salienta Bertoncello (2004, p.05): “Si el proceso de patrimonialización en sí constituye un proceso social conflictivo, su articulación para el turismo constituye una segunda instancia de conflicto”.

É importante voltar a atrair a população que não frequenta mais o Centro, incomodada com a poluição, com a insegurança, com o trânsito, e que prefere o conforto e as facilidades dos shoppings. Mas também é importante fixar a população de diferentes estratos sociais nas áreas centrais.

A proposta de trazer novos atrativos culturais para atrair turistas e trazer de volta a população de alto poder aquisitivo para o Centro é uma estratégia positiva, mas deve incluir atrativos para os diferentes estratos sociais, evitando um processo de elitização. Além disso, estas estratégias devem estar integradas em uma Política Pública intersetorial, afinal, são estratégias que dialogam com os problemas estruturais da cidade, como: dos transportes, segurança, comércio, habitação, saneamento, enfim, do planejamento territorial.

Cabe lembrar que o Centro sempre foi rico em espaços públicos, passíveis de serem apropriados por diferentes manifestações culturais, políticas, lúdicas. É importante não perder de vista esta característica ao transformar os seus atrativos em bens acessíveis apenas por meio da comercialização, como ocorre com a maior parte dos lugares e monumentos turísticos. A subversão do caráter público dos bens tombados reforça as estratégias de exclusão social do consumo cultural.

A valorização contemporânea do patrimônio, de maneira geral, tem deslocado os bens culturais tombados das relações sociais construídas localmente, inserindo as cidades na racionalidade global do consumo visual das paisagens enobrecidas para o lazer e para o turismo. Esta inversão põe em risco os preceitos do direito à cidade, à

<sup>13</sup> A base para a delimitação da poligonal correspondente ao Centro Histórico foi a seleção de quatro importantes prédios históricos, tomando a área circunscrita à intercessão de seus respectivos raios de 300 metros. Esses quatro prédios são: 1) O Solar do Barão de Itatiba ou Palácio dos Azulejos; 2) A Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição; 3) O Solar do Visconde de Indaiatuba, que foi destruído após um incêndio em meados de 1980, e reconstruído em seguida; 4) O Solar do Barão de Itapura.

qualidade de vida, e ao direito à memória, indo na contra-mão das possibilidades da esfera cultural transformar-se no vetor de uma apropriação mais democrática da cidade e dos seus bens patrimoniais. É preciso ainda acreditar nessa possibilidade.

## REFERÊNCIAS

- BADARÓ, R. de S. C. **Campinas – o despontar da modernidade**. Campinas/ São Paulo: Centro de Memória, Editora da Unicamp, 1996.
- BERTONCELLO, Rodolfo Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística. In: TERCERAS JORNADAS INTERDEPARTAMENTALES DE GEOGRAFIA, Tucuman/ Buenos Aires, Outubro de 2004, mimeo, p. 1-8.
- CANCLINI, Nestor Garcia O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, Brasília, N.23, p. 95-111, 1994.
- CARPINTERO, Antonio C. C. **Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta**. Campinas/ São Paulo: Centro de Memória, Editora da Unicamp, 1996.
- CASTRIOTA, L. B. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: CASTRIOTA, L.B. (Org.) **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. p. 186-206.
- CHOAY, Françoise **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp/Estação Liberdade, 2001. 282 p.
- COSTA SANTOS, A. **Campinas, das origens ao futuro**. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. 395 p.
- DODSON, Belinda e Kilian, Darryll. De porto a playground – a revitalização da enseada de Victoria & Alfred, Cidade do Cabo In: Tyle, D., Guerrier, Y. e Robertson, M. (Org.) **Gestão de turismo municipal – teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos**. São Paulo: Editora Futura. 2001. p. 193-222.
- EVASO, A.S. A refuncionalização do espaço. **Revista Experimental – São Paulo**, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH/Depto. de Geografia/USP, Ed. Humanitas, p. 33-54, 1999.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1995. 223 p.
- HALL, Peter **Cidades do amanhã**. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Estudos (Urbanismo), 2002 [1988]. 578 p.
- HARVEY, D. Flexible accumulation through urbanization: reflections on *pos-modernism* in the American city. **Antipode**, v. 19, 1987. p. 260-286.
- \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 1992. 349 p.
- JOLY, Carolina **Refuncionalização e patrimônio arquitetônico: o Centro Histórico de Campinas**. 2002. Monografia de Graduação, Unicamp/IG/Departamento de Geografia, Campinas/ São Paulo 90 p.
- LEITE, Rogério Proença **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. São Paulo: Editoras Unicamp/UFS. 2004. 342 p.

LUCHIARI, M.T.D. Paes A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. Cap. 1, p. 9-28.

MENEZES, Ulpiano T.B. de Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E ENERGIA, São Paulo, 2000. **Potencial Estratégico de Cultura e Negócios**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo. p. 30-45.

LIMA, Evelyn F. W. Habitação e reabilitação urbana: arquitetura e antropologia. In: LIMA, E. F. W. e MALEQUE, M.R. (Orgs.) **Cultura Patrimônio e Habitação: possibilidades e modelos**. Rio de Janeiro: CHL/7Letras/BENNET, 2004. Cap. 1, p. 11-24.

MESENTIER, Leonardo M. Intervenções em áreas urbanas patrimoniais. In: LIMA, E. F. W. e MALEQUE, M.R. (Orgs.) **Cultura Patrimônio e Habitação: possibilidades e modelos**. Rio de Janeiro: CHL/7Letras/BENNET, 2004. Cap. 4, p. 49-59.

MINISTÉRIO DAS CIDADES Políticas de reabilitação de áreas urbanas centrais.  **cadernos Midades** – Programas Urbanos, Brasília, n. 3 – Planejamento Territorial Urbano e Política Fundiária, Governo Federal. p. 69-84, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, São Paulo. Jun./Set., p. 36-54, 1982.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **Revista GEOUSP**, São Paulo (no prelo), 2005.

PAES-LUCHIARI, M.T.D.; SERRANO, C. (Eco)turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições. In: TRIGO, Luiz G. Godoi (Ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005. Capítulo 33, p. 505-515.

PEET, Richard A produção cultural de formas econômicas. **Experimental**, São Paulo, Ano 2, n. 3. p. 117-136, 1997.

RODRIGUES, Cíntia Nigro **Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH/USP, Departamento de Geografia, São Paulo, S.P.

SÂNCHEZ, Fernanda **Cidade espetáculo** – política, planejamento e city marketing. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

SANTOS, Milton **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, 236 p.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço** – técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 308 p.

\_\_\_\_\_. Modernidade e Memória. In: Ribeiro, W.C., (Org.) **O país distorcido**. *Seleção de artigos publicados na Folha de São Paulo*, São Paulo: Publifolha. 2002. p. 24-26.

SEPLAMA **Plano de Requalificação da Área Central de Campinas** (Versão Preliminar), Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2002.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do IPHAN**, São Paulo, n. 14, p.205-218, 1996.

Recebido em julho de 2005

Aceito em setembro de 2005